



Vicissitudes do neoliberalismo moderado, eleições e perspectivas para a esquerda socialista (parte 2). Perspectivas de esquerda diante do segundo governo Dilma¹.

David Maciel

Professor da Universidade Federal de Goiás e do Comitê editorial de marxismo21

1) Considerando a análise marxista das classes sociais, qual é o significado da vitória apertada de Dilma sobre Aécio nas eleições presidenciais de 2014?

A vitória apertada de Dilma Roussef nas eleições presidenciais de 2014 se deve às crescentes dificuldades vivenciadas na atual conjuntura para a manutenção e reprodução do programa neoliberal moderado, adotado pelos governos do PT. O fim do ciclo expansivo que marcou os dois mandatos de Lula e a piora nas condições econômicas – alta da inflação, redução dos investimentos, desindustrialização, déficit na balança comercial e nas contas externas, crescimento econômico próximo de zero e estagnação dos níveis de emprego - estimularam uma crescente pressão das diversas frações do grande capital pela aplicação do receituário neoliberal mais ortodoxo como saída para enfrentar a crise econômica. É fato que a candidatura governista obteve apoio de setores de todas as frações do grande capital, particularmente daqueles que possuem negócios com o governo ou com as empresas estatais, como empreiteiras e até bancos. No entanto, mesmo entre as frações mais próximas dos governos do PT nos últimos anos, como o capital industrial e o agronegócio, predominou uma postura de relativo distanciamento, quando não de oposição, à candidatura de Dilma Roussef, reivindicando maior controle da inflação, redução dos gastos públicos, ajuste fiscal, abandono da política de valorização do salário mínimo e uma nova rodada de (contra-) reformas neoliberais, particularmente a trabalhista e a previdenciária. Não faltaram candidatos a governador em diversos estados que, apesar de membros de partidos que compõem a base aliada do governo, como o PMDB, fizeram campanha sem se vincular

¹ Agradeço a leitura atenta e as sugestões do colega Danilo Martuscelli; os equívocos que porventura este artigo possua são de inteira responsabilidade do autor.

à candidatura Rouseff. Tal posicionamento reforçou as candidaturas da oposição de direita, primeiramente Marina Silva (PSB) e depois Aécio Neves (PSDB), como alternativas viáveis à candidatura petista, contribuindo para acirrar a disputa eleitoral e tornar o resultado indefinido até o último instante. O próprio desempenho do PT na disputa para cargos legislativos demonstra estas dificuldades, com a bancada federal reduzindo-se de 88 para 70 deputados e a estadual de 149 para 108.

A bem sucedida operação de desconstrução da imagem positiva associada ao PT, auxiliada por determinadas práticas adotadas pelo partido, foi reforçada pelas investigações em torno dos esquemas de corrupção na Petrobrás, contribuindo para fortalecer as candidaturas da oposição de direita e disseminar o antipetismo em setores das classes trabalhadoras prejudicadas pela piora das condições econômicas e pelos próprios limites do neoliberalismo moderado, além dos setores do pequeno e médio capital e de classe média tradicionalmente identificados com o conservadorismo político e descontentes com a situação econômica e a amplitude das políticas sociais compensatórias. Neste aspecto o antipetismo favoreceu o avanço institucional das forças políticas de direita, reverberando determinada dimensão das manifestações e protestos de 2013 e 2014, aquela crítica da política institucional, dos partidos e dos “políticos”.

Entre as classes trabalhadoras há também um forte descontentamento com as políticas neoliberais e com os limites das políticas sociais compensatórias e de melhoria das condições sociais adotadas pelos governos petistas, como evidenciaram as manifestações e protestos de 2013 e 2014 e o fraco desempenho eleitoral da candidata governista em regiões de grande concentração proletária, como São Paulo e outras capitais e grandes cidades. Diante disto, a campanha governista teve que adotar um discurso crítico do neoliberalismo extremado para preservar e ampliar o apoio eleitoral das classes trabalhadoras, particularmente no segundo turno. Esta situação favoreceu um movimento de radicalização do discurso da campanha petista, como não ocorria desde 1998, criticando duramente as administrações de FHC e os elementos nucleares do próprio programa neoliberal, como as privatizações, a especulação financeira e a flexibilização/eliminação de direitos trabalhistas, numa tentativa de polarizar a campanha em torno das clivagens ricos/pobres e direita/esquerda e assim consolidar o apoio dos setores hegemônicos pelo lulismo e atrair o voto dos setores críticos posicionados mais à esquerda do espectro político. Além de defender uma reforma

política a candidata do governo posicionou-se contra até mesmo a autonomia legal do Banco Central, como se bastasse a autonomia funcional que já existe na prática há muito tempo. No auge da campanha midiática contra a candidatura governista, até mesmo o compromisso com a regulação da imprensa e dos meios de comunicação foi brandido contra os barões da mídia, alinhados com a candidatura do PSDB. Na campanha do segundo turno tal postura foi decisiva para conter a ascensão de Aécio Neves, iniciada na reta final do primeiro turno, limitar o crescimento do antipetismo e garantir a vitória.

Nestas condições a rendição à chantagem do “mal menor” (ruim com o PT, pior com o PSDB/DEM) teve um efeito político muito mais dramático e pernicioso para a organização independente e autônoma dos trabalhadores do que das outras vezes. Em primeiro lugar, as direções dos movimentos sociais e do movimento sindical tiveram muito maior dificuldade para mobilizar suas bases em favor da candidatura petista, mesmo na reta final da campanha, o que as obrigou a empenhar sua legitimidade em favor de um apoio político de vantagens incertas. Em segundo lugar, o apoio à candidatura Dilma se deu puramente em torno de um discurso de crítica aos aspectos mais ortodoxos do neoliberalismo, mobilizado como mero recurso de campanha e sem qualquer comprometimento efetivo com a plataforma política dos movimentos sociais e sindical. Segundo a propaganda da candidatura oficial as supostas vantagens que um segundo mandato traria aos trabalhadores residiriam fundamentalmente no aprofundamento do que já vinha sendo feito, ou seja, as medidas de indução do crescimento econômico (isenção fiscal, crédito mais barato, financiamento de grandes empresas, renovação da lei que regula os reajustes do salário mínimo), o apoio aos projetos de infra-estrutura e as políticas sociais compensatórias, cujos efeitos anticíclicos e favoráveis ao crescimento do emprego e à melhoria dos rendimentos do trabalho demonstram ter se esgotado. Dilma Rousseff sequer se comprometeu com a revisão do fator previdenciário ou adotou uma posição clara de reprovação da proposta que pretende ampliar o elenco de situações que permitem a terceirização do trabalho.

No entanto, apurados os votos iniciou-se um intenso movimento de pressão sobre a candidata reeleita para afastar a perspectiva neodesenvolvimentista e antineoliberal extremada apresentada na campanha do segundo turno. Através de ampla campanha midiática, ainda em curso e com apoio no poder judiciário e na própria

Polícia Federal, tentando associar Dilma e Lula aos esquemas de corrupção na Petrobrás; da radicalização da oposição de direita, questionando os resultados eleitorais e fustigando o governo no Congresso Nacional e de certa mobilização social em defesa do impeachment da presidente ou mesmo de um golpe de Estado, o grande capital, particularmente o capital financeiro, impôs ao governo a sua pauta. À chantagem do “mal menor” sobre os movimentos sociais sucedeu-se a chantagem do “vai ou racha”, imposta ao governo e ao PT com a finalidade de reverter politicamente o resultado das eleições e reverter a derrota do neoliberalismo extremado nas urnas! Diante disto, o governo iniciou um processo de acomodação com as posições do grande capital e das forças da oposição de direita, tentando reeditar a estratégia de conciliação de classes que fez as glórias do lulismo e dando a entender que a politização do debate eleitoral e a radicalização do discurso não passaram de recursos de campanha.

Esta perspectiva de acomodação leva o governo a reeditar a tática adotada no início do governo Lula para “acalmar os mercados”, com a indicação de figuras identificadas com o receituário neoliberal e/ou com as forças políticas conservadoras para postos decisivos no novo ministério, como Joaquim Levy (Ministério da Fazenda); Kátia Abreu (Ministério da Agricultura) e Armando Monteiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio); evidenciando a tentativa de conciliação com os interesses das diversas frações do grande capital. Mesmo no Ministério do Planejamento, estratégico para um programa de tipo neodesenvolvimentista, foi indicado Nelson Barbosa, um quadro que não desagradou o capital financeiro e que saiu da secretaria executiva do Ministério da Fazenda no atual governo atual justamente por não concordar com determinadas “irresponsabilidades” com as contas públicas. Deve-se registrar ainda que além de elevar por duas vezes a taxa de juros desde as eleições, o governo já anuncia um ajuste fiscal, aumento da carga tributária e um expressivo corte de gastos, inclusive com a previdência e o seguro-desemprego, como provas do seu compromisso com a “responsabilidade fiscal” e o controle da inflação. A promessa de regulação da imprensa e da mídia em geral, feita no calor da disputa eleitoral e em reação à campanha midiática contra a candidata, o governo e o PT, já foi adiada para futuro indeterminado e amputada da perspectiva de limitação do processo de monopolização no setor. No Congresso Nacional tramita proposta oriunda da base aliada de maior limitação do direito de greve dos servidores públicos, renunciando a ofensiva que se dará sobre os gastos com os serviços sociais e salários do

funcionalismo; bem como aquela que sujeita a demarcação e a revisão das terras indígenas já demarcadas à bancada ruralista ao transferir estas atribuições do poder Executivo para o Congresso Nacional e ainda aquela que amplia a terceirização das relações de trabalho, indicando que o compromisso com o combate à flexibilização dos direitos trabalhistas é uma quimera. Isto não quer dizer que o próximo governo vá abandonar as políticas sociais compensatórias ou as medidas de indução econômica favoráveis ao setor produtivo, mas que sua adoção será cada vez mais condicionada pela fidelidade ao receituário neoliberal ortodoxo e pelo atendimento dos interesses do capital financeiro.

No entanto, se em 2003/2004 esta perspectiva de conciliação de classes e de acomodação com os interesses do grande capital foi favorecida por um ciclo expansivo na economia mundial que beneficiou diretamente a economia brasileira possibilitando taxas de crescimento elevadas para padrões neoliberais e condições favoráveis à adoção do programa neoliberal moderado, hoje a situação é inversa, indicando que as medidas mais duras tendem à ficar. Ou seja, a adoção de medidas próprias do neoliberalismo extremado pelo próximo governo tende a deixar de ser um recurso tático - aplicado circunstancialmente para equilibrar as contas e manter o *investment grade* junto às agências de corretagem internacional, e depois abandonado em favor do programa neoliberal moderado, como em 2003/2004 e 2011/2012 -, para se transformar no programa principal. Diante disto, a oposição de direita e o “mercado” mantém a tática de ameaçar o governo com a possibilidade de impeachment, ou mesmo de golpe de Estado, como pregam alguns, com vistas à reforçar ainda mais a rendição do novo governo ao “realismo econômico” e abortar qualquer veleidade desenvolvimentista ou esquerdizante. Pelo que se viu até o momento, esta tática tem funcionado.

2) Como avalia o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda e de centro-esquerda nas eleições de 2014?

No conjunto o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2014 ficou aquém do esperado e do necessário, se considerarmos o descontentamento com o neoliberalismo e a perda de votos e legitimidade do PT como principal partido de esquerda. Apesar disto houve um desempenho ligeiramente melhor do que em 2010 nas eleições presidenciais, graças ao desempenho da candidatura do PSOL, que dobrou sua votação. Esta melhoria expressiva, em termos relativos, se deveu

fundamentalmente à presença da candidata do partido em alguns debates televisivos, graças à sua representação parlamentar na Câmara dos Deputados, e à postura acidamente crítica das candidaturas oficiais e do neoliberalismo. Se a bancada do partido no Congresso Nacional não se alterou, a bancada de deputados estaduais cresceu e Marcelo Freixo foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro. É importante destacar ainda que algumas campanhas dedicaram mais espaço à divulgação dos valores e propostas socialistas, como as campanhas televisivas do PCB e do PCO, aproveitando o espaço da propaganda gratuita e cumprindo uma das funções do pleito eleitoral para os partidos socialistas.

Por outro lado, ainda pesaram a falta de unidade, a dificuldade em estabelecer uma perspectiva programática antineoliberal concatenada com o projeto socialista e o próprio descrédito dos partidos socialistas junto à determinados setores das classes trabalhadoras e da juventude, como expresso nas manifestações de 2013, identificados com uma orientação política horizontalizante. É preciso ainda ressaltar que por mais que o descrédito da política institucional e o antipetismo tenham atingido o PT, contraditoriamente seus efeitos deslegitimadores acabaram afetando toda a esquerda, incluídos aí partidos socialistas e movimentos sociais. Isto por conta da identificação histórica do PT como partido de esquerda e ligado aos trabalhadores e aos movimentos sociais, como também porque um dos componentes ideológicos mais importantes do antipetismo é a associação entre o intervencionismo estatal e a corrupção da burocracia com o projeto socialista, ainda identificado com as experiências do chamado “Socialismo Real”. Nestes termos o antipetismo reedita o velho discurso anticomunista contra a esquerda e os movimentos sociais. Além disso, outros fatores que favorecem os efeitos deletérios do antipetismo sobre a esquerda socialista são a dificuldade em se formular uma alternativa política efetiva ao neoliberalismo moderado e ao lulismo e a reprodução de determinadas práticas políticas, de cunho burocrático, aparelhista e eleitoreiro.

3) É possível dizer que existe uma "onda conservadora" no Brasil?

Este tema é complexo, pois há sinais contraditórios que indicam respostas opostas à questão. De um lado, os resultados eleitorais indicam que em relação à 2010, pelo menos no 1º turno, cresceu a posição que a justiça eleitoral considera como não-válida, ou seja, abstenções, votos brancos e votos nulos. Somados os três, a posição de rejeição

da própria eleição e de todas as candidaturas foi bem sucedida nos dois turnos, indicando o forte descontentamento popular com o processo eleitoral e as instituições políticas, principalmente os partidos. Houve uma ligeira redução desta posição no segundo turno, principalmente com a diminuição do voto nulo, em função do caráter polarizado da eleição e da mobilização do “voto útil” em favor de Dilma Roussef e em menor grau de Aécio Neves, mas os índices de abstenções e votos em branco cresceram. Além disso, há que se considerar que toda a campanha foi pautada pelo discurso da mudança, levando as candidaturas principais a adotá-lo mesmo que de maneira oportunista e demagógica. O crescimento das intenções de voto em Marina Silva durante a campanha do primeiro turno e mesmo seu resultado eleitoral podem ser atribuídos à sua identificação com a perspectiva da mudança. Aécio Neves também procurou apresentar-se como novidadeiro, como a “mudança viável”, e foi ao segundo turno em parte embalado por este discurso. Mesmo Dilma Roussef teve que prometer “mais mudanças”, contrariando claramente o eixo da campanha de 2010, quando se apresentava como a candidata da continuidade. A votação de Luciana Genro, que conseguiu dobrar o número de votos do PSOL em relação a 2010, também pode ser atribuída a este desejo de mudança, particularmente em função do desempenho bem sucedido da candidata na crítica ao conteúdo político e de classe das candidaturas principais.

Estes dados indicam que o que há é uma onda de descrédito com a política institucional, marcadamente autocrática, e de descontentamento com o neoliberalismo que reverbera os aspectos mais progressistas das manifestações de 2013 e 2014. É verdade que esta crítica à política institucional também foi mobilizada por uma perspectiva politicamente conservadora e mesmo de cunho fascista, e que ela também revelou seus limites ao recusar a própria ação política enquanto elemento incontornável da constituição dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, da própria constituição dos trabalhadores como sujeitos políticos capazes de disputar a hegemonia em todas as instâncias onde ela se realiza, inclusive no interior da institucionalidade política.

No entanto, aqui estamos considerando os elementos democráticos e horizontalizantes desta crítica por avaliar que eles foram predominantes e por achar que eles trazem novas possibilidades de mobilização e organização. Entre estes elementos podemos destacar uma perspectiva de organização que por recusar o burocratismo e o centralismo decisório mostrou-se capaz de atrair segmentos não-organizados das classes

trabalhadoras para a luta social. Também deve ser destacada a negativa dos movimentos em se constituir como interlocutores junto às autoridades constituídas, negando na prática os mecanismos autocráticos de tratamento do conflito social vigentes na institucionalidade política e a própria possibilidade de passivização e cooptação advinda da “mesa de negociação”, assim obrigando as autoridades a terem que dar respostas que desnudaram ainda mais o conteúdo neoliberal de suas políticas e o caráter extremamente limitado, mesmo para padrões burgueses, da democracia política vigente no país. O estabelecimento da mediação adequada entre estas formas de mobilização e organização e uma perspectiva de ação política de caráter contra-hegemônico pode favorecer a retomada das lutas sociais num novo patamar.

Por outro lado, em termos institucionais há um claro avanço das forças de direita, particularmente dos partidos pequenos e/ou novos, cujo desempenho eleitoral se deveu mais ao recuo dos votos no PT do que propriamente à um avanço do voto conservador. Os principais beneficiários deste movimento de migração de parte dos votos foram os partidos pequenos e/ou novos, que ampliaram ou mesmo formaram pela primeira vez suas bancadas no Congresso Nacional conferindo à nova legislatura um perfil mais conservador ainda do que a atual. Na nova legislatura deverá aumentar a pressão em favor de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, como a criminalização dos movimentos sociais e a repressão sobre lutadores sociais e pobres em geral, a flexibilização de direitos trabalhistas, o avanço sobre as terras indígenas, etc.

Diante deste cenário podemos afirmar que há uma dicotomia entre o avanço institucional das forças de direita e a perspectiva política antineoliberal predominante entre os trabalhadores, o que indica um período de grandes enfrentamentos e de desgastes na hegemonia neoliberal. Isto porque tornando-se o neoliberalismo moderado incapaz de contornar as crescentes dificuldades econômicas e sociais, levando o governo a apelar cada vez mais para o receituário neoliberal ortodoxo, a capacidade do lulismo, do governo e das organizações por ele cooptadas reforçarem a hegemonia neoliberal e passivizar as classes trabalhadoras e seu movimento social, como ocorrido desde 2003, deve se enfraquecer. Além disso, o descrédito com a institucionalidade política autocrática também deve se ampliar, em favor de uma perspectiva democrática e de privilegiamento das iniciativas políticas oriundas “de baixo”.

4) Quais são as perspectivas e tarefas políticas para os socialistas na conjuntura do novo governo eleito?

A situação acima descrita favorece o desenvolvimento de uma perspectiva política antineoliberal e socialista por parte dos movimentos sociais e da esquerda socialista, pois o descontentamento de grandes massas de trabalhadores com a política institucional e com os limites expansivos do neoliberalismo moderado deve se ampliar no próximo período com a aplicação mais desembaraçada do receituário neoliberal extremado pelo governo e pela ofensiva das forças de direita no Congresso Nacional e nos governos estaduais. A tendência de crescimento das greves vista nos últimos anos deve se manter e as lutas por direitos e bens sociais devem recrudescer. Portanto, o próximo período deverá ser pautado por um acirramento das contradições sociais e por grandes enfrentamentos e lutas sociais.

Se, como tudo indica, estamos diante de uma nova crise do neoliberalismo, a primeira do neoliberalismo extremado (2001-2002) e a segunda do neoliberalismo moderado (2013-2014) e que esta nova crise revela a incapacidade crescente deste projeto político e social em manter as contradições sociais sob controle, a situação atual é dramática e preche de possibilidades novas, inclusive a de luta pela superação do projeto neoliberal. Portanto, aos movimentos sociais e à esquerda socialista cabe repudiar vivamente a chantagem do “mal menor”, adotar uma orientação clara de oposição ao neoliberalismo em todas as suas variantes, buscar a atuação unificada e combinada e desenvolver novas práticas de organização e mobilização, que combatam o apoliticismo presente no espírito de grandes contingentes de trabalhadores e as atraia para a militância organizada e a luta social. Do contrário, a chantagem do “mal menor” tende a continuar operando sobre os movimentos sociais em função da ofensiva da direita e o lulismo pode se recompor, mesmo que em condições pioradas, como alternativa cesarista e “salvacionista” a uma situação de agravamento da crise econômica e social; com chances reais de vitória eleitoral em 2018 caso seu personagem principal se apresente como candidato.

*David Maciel é professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.